



---

**TECAR AUTOMÓVEIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.****20ª - ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**JOÃO MAURÍCIO MARTINS NORMANHA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, médico e empresário, nascido em 22 de agosto de 1951, filho de José Normanha de Oliveira e Bernadete de Lourdes Martins Normanha, portador da cédula de identidade nº 1754 expedido pelo CRM/GO em 03/09/1992, inscrito no CPF sob o nº 126.496.861-20, residente e domiciliado à Avenida T-15, nº 1085, Condomínio Residencial Genebra, Apartamento nº 1300/1400, Setor Bueno, Goiânia-GO CEP: 74.230-010. Único sócio da sociedade Limitada denominada **TECAR AUTOMÓVEIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.**, com sede à Avenida São Francisco, nº 188, Setor Santa Genoveva – Goiânia-Go, CEP: 74.670-010, com contrato social arquivado na JUCEG sob nº 522.0107678.3, por despacho de 10/05/1993 e alterações arquivadas sob nº 529.5012435.4, por despacho de 17/02/1995; sob o nº 529.5028962.0, por despacho de 03/05/1995; sob nº 529.6037373.0, por despacho de 31/05/1996; sob nº 529.6058309.2, por despacho de 29/08/1996; sob nº 52000871311, por despacho de 06/11/2000; sob nº 52900415544, por despacho de 18/04/2002; sob nº 52020616880, por despacho de 19/06/2002; sob nº 52030982807, por despacho de 12/11/2003; sob nº 52900470146 por despacho de 22/03/2005; sob nº 52060248815 por despacho de 20/02/2006, sob nº 52091093627 por despacho de 05/10/2009, sob nº 52110722078 por despacho de 11/05/2011, sob nº 52132111438 por despacho de 22/11/2013, sob nº 52141602163 por despacho de 22/08/2014, sob nº 52900724326 por despacho de 20/01/2016, sob nº 52160717507 por despacho de 25/08/2016, sob nº 52163125970 por despacho de 05/12/2016, sob nº 20190911611 por despacho de 04/09/2019, sob nº 20215100239 por despacho de 25/01/2021 inscrita no CNPJ nº 37.832.037/0001-96, resolvem promover alteração de seu Contrato Social.



**Cláusula 1ª** – O endereço da sociedade que era lido: **AVENIDA SÃO FRANCISCO, Nº 188, SETOR SANTA GENOVEVA, GOIÂNIA -GO, CEP: 74.670-010**, passa a ser lido da seguinte forma: **AVENIDA SÃO FRANCISCO, Nº 188, QUADRA 48, LOTES 1 A 222, SETOR SANTA GENOVEVA, GOIÂNIA-GO, CEP: 74.670-010.**

**Cláusula 2ª** - A sociedade terá por objeto as seguintes atividades econômicas: ***(I) O COMÉRCIO DE VEÍCULOS NOVOS E USADOS; (II) O COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS; (III) O COMÉRCIO ATACADISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS; (IV) A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CONSERTOS, REPAROS E AFINS EM VEÍCULOS; (V) O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE AERONAVE PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS; (VI) A LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E CAMINHÕES EM GERAL; (VII) SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES; (VIII) ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIÁRIOS.***

**Cláusula 3ª** - Em virtude da alteração acima relacionada, o sócio único resolve consolidar o Contrato Social da sociedade, vigorando este com a seguinte redação.

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO  
TECAR AUTOMÓVEIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.**

**CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO**

**Cláusula 1ª.** A sociedade limitada operará sob a denominação social de **TECAR AUTOMÓVEIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA**, regendo-se pelo presente contrato social e pelas disposições legais cabíveis.



---

**Cláusula 2ª.** A sociedade tem sede na Avenida São Francisco, nº 188, Quadra 48, Lotes 01 a 222, Setor Santa Genoveva, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.670-010, assim como as seguintes filiais:

**(i) Filial I:** Avenida Rio Verde, quadra 112, lotes 01/10, Parte B, Setor dos Afonsos, na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.915-420 CNPJ: 37.832.037/0003-58, NIRE: 5290047014-6.

**(ii) Filial II:** Avenida das Indústrias Nº 34, Quadra 153 Lote 01E, Santa Genoveva, Goiânia-GO, CEP: 74.670-600 CNPJ: 37.832.037/0004-39, NIRE: 5290060921-7.

**(iii) Filial III:** Avenida Rio Verde Quadra 112 Lotes 01/10, Parte A, Setor dos Afonsos, na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.915-420 CNPJ: 37.832.037/0005-10, NIRE: 529007243-26.

**Parágrafo Único.** Por deliberação dos administradores poderão ser criados, alterados ou extintos estabelecimentos da sociedade, no País ou no exterior.

**Cláusula 3ª.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado, com início de suas atividades em 01 de junho de 1993.



## CAPÍTULO II – DO OBJETO SOCIAL

**Cláusula 4ª.** A sociedade tem por objeto social: *(I) O COMÉRCIO DE VEÍCULOS NOVOS E USADOS; (II) O COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS; (III) O COMÉRCIO ATACADISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS; (IV) A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CONSERTOS, REPAROS E AFINS EM VEÍCULOS; (V) O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE AERONAVE PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS; (VI) A LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E CAMINHÕES EM GERAL; (VII) SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES; (VIII) ATIVIDADES DE INTERMEDIACÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIÁRIOS.*

## CAPÍTULO III – DO CAPITAL SOCIAL

**Cláusula 5ª.** O capital social é de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), dividido em 13.000.000 (treze milhões) de quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já subscritas e integralizadas, em moeda corrente, assim distribuída a participação societária:

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR R\$
JOÃO MAURÍCIO MARTINS NORMANHA	100	13.000.000	13.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>13.000.000</b>	<b>13.000.000,00</b>

**Parágrafo Primeiro.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;



---

**Parágrafo Segundo.** As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais;

**Parágrafo Terceiro.** As deliberações dos sócios com relação à modificação do capital social serão sempre tomadas pelo voto afirmativo daqueles que representem, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social da sociedade.

**Cláusula 6ª.** A transferência, total ou parcial, de quotas do capital social a terceiros não será permitida sem prévia anuência dos sócios que representem, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social da sociedade, sendo que estes terão prioridade em sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem, desprezando-se a quantidade de quotas do sócio que deseja transferi-las. Tal prioridade deverá ser exercida dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da comunicação da proposta de transferência das quotas, acima prevista.

**Parágrafo Único.** Os sócios terão direito de preferência para subscrever todas novas quotas emitidas pela sociedade, na proporção das quotas que possuírem. Se algum sócio não desejar subscrever a parte do aumento de capital que lhe corresponder, o seu direito de preferência passará aos outros sócios também proporcionalmente às quotas que possuírem, excluindo-se a participação do sócio que renunciar ao seu direito de preferência. Se os demais sócios também não exercerem esse direito de preferência, o aumento de capital poderá ser subscrito por um terceiro, aceito por unanimidade pelos sócios. Decorrido o prazo de exercício do direito de preferência, e assumido por sócio ou um terceiro a subscrição das novas quotas emitidas pela sociedade, realizar-se-á Reunião de Sócios e/ou Alteração Contratual, conforme o caso, para modificação do Contrato Social.



---

#### CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

**Cláusula 7ª.** A sociedade será administrada pelo sócio **JOÃO MAURÍCIO MARTINS NORMANHA**, já qualificado neste contrato, e pelo administrador não sócio, o Diretor **JOÃO HENRIQUE ABRÃO NORMANHA**, brasileiro, administrador, natural de Goiânia-GO, casado em regime de separação total de bens, nascido em 03/05/1978, filho de João Maurício Martins Normanha e Vânia Suelene Abrão Normanha, portador da cédula de identidade nº 01998606916 expedido pelo DETRAN/DF em 24/04/2014, inscrito no CPF sob o nº 588.185.021-15, residente e domiciliado à SQSW Quadra 300 bloco A, Apartamento 302, bairro Setor Sudoeste, Brasília-DF, CEP 70.673-022, cabendo ambos isoladamente, a representação ativa e passiva judicial e extrajudicial, as atribuições e plenos poderes, conferidos em Lei, além de garantir o seu normal funcionamento, inclusive penhorar, hipotecar, alugar, arrendar, comprar e alienar bens móveis ou imóveis.

**Parágrafo Primeiro.** Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, emissão de cheques, outros títulos cambiais e firmar contratos de empréstimos ou financiamentos, a empresa será representada sempre isoladamente pelos administradores da sociedade ou por procurador com poderes para tais fins.

**Parágrafo Segundo.** É permitido aos administradores prestar avais em nome da sociedade e, sempre individualmente, inclusive fiança, caução, endosso ou quaisquer outras garantias para quaisquer fins aos interesses sociais ou não.

**Parágrafo Terceiro.** Se for do interesse dos sócios poderá ser nomeado administrador não integrante do quadro social e a designação do mesmo, dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.



---

**Parágrafo Quarto.** A destituição ou substituição dos sócios ou não sócios nomeados administradores somente se opera pela aprovação de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos sócios, por meio de Reunião de Sócios ou de Alteração do Contrato Social, conforme o caso.

**Parágrafo Quinto.** O Administrador da sociedade JOÃO MAURÍCIO MARTINS NORMANHA, já qualificado, será o representante da empresa junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da Secretaria da Receita Federal, como também junto aos demais órgãos federais, estaduais e municipais.

**Parágrafo Sexto.** Em havendo ausência ou impedimento do administrador mencionado no parágrafo anterior, por motivos profissionais ou pessoais, de forma que esta ausência venha a impactar a gestão dos negócios da sociedade, em razão do disposto no parágrafo anterior, o outro administrador irá substituí-lo até que cesse a ausência ou o impedimento.

**Parágrafo Sétimo.** É de competência do administrador, isoladamente, a constituição em nome da sociedade, por instrumento público de procuração, mandatários ou procuradores para prática de atos e operações do interesse social. Os atos e operações a serem outorgados ao procurador ou mandatário devem ser especificados no respectivo instrumento.

**Parágrafo Oitavo.** A remuneração dos administradores será estabelecida pelos sócios, que representarem a maioria do capital social.

**Parágrafo Nono.** Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra ao sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade nos termos do art. 1.011, § 1º, da lei 10.406/2002.



---

## **CAPÍTULO V – DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

**Cláusula 8ª.** O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano.

**Cláusula 9ª.** O balanço relativo a cada exercício findo será levantado dentro de 03 (três) meses do encerramento do exercício social.

**Cláusula 10ª.** O balanço será remetido aos sócios dentro de 10 (dez) dias após seu levantamento, tendo, cada sócio, o prazo de 05 (cinco) dias para qualquer manifestação. A falta de resposta nesse prazo equivalerá à aprovação do balanço tal qual a aprovação do mesmo durante a realização da reunião anual, prevista na Cláusula 17ª, parágrafo primeiro.

**Cláusula 11ª.** Eventuais dúvidas sobre o balanço deverão ser resolvidas em reunião de sócios, sendo que o não comparecimento de qualquer sócio a essa reunião, equivalerá à sua aprovação do balanço.

**Cláusula 12ª.** Os sócios poderão, a qualquer tempo e às suas expensas, tomar conhecimento da administração social pelo exame direto dos livros e arquivos, independentemente de qualquer autorização.

**Cláusula 13ª.** Os lucros ou prejuízos da sociedade serão apurados após a dedução dos prejuízos acumulados e provisões legais, e após, ainda, a constituição de reservas que venham a ser objeto de deliberações dos sócios. O lucro assim apurado, se houver, poderá ser distribuído entre os sócios ou poderá ser mantido na conta de reserva de lucros.





---

**Cláusula 14ª.** A distribuição de lucros e perdas será feita por deliberação dos sócios, podendo ser realizada de maneira desproporcional à participação de cada sócio na sociedade, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002.

**Cláusula 15ª.** No curso do exercício poderão ser levantados balanços semestrais, ou em períodos menores, para a distribuição antecipada de lucros, sempre observados os resultados apurados nesses balanços, o disposto na Cláusula 13ª trás referida e as disposições legais vigentes.

**Cláusula 16ª.** A sociedade poderá pagar ou creditar juros aos sócios, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação “pro - rata” dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

## **CAPÍTULO VI – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

**Cláusula 17ª.** As deliberações serão tomadas em Reunião de Sócios ou Alteração do Contrato Social, conforme o caso.

**Parágrafo Primeiro.** A reunião ordinária dos sócios será realizada em qualquer dia útil do mês de abril do ano seguinte ao exercício social.

**Parágrafo Segundo.** É facultada a realização de reuniões extraordinárias para tratar de assuntos relevantes para a sociedade, em qualquer época.

**Parágrafo Terceiro.** A convocação da reunião dos sócios deve ser feita por meio de notificação prévia dos administradores ou sócios, com prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, a ser realizada através de correspondência com simples ciente de recebimento ou registrada (AR), e-mail, telegrama, fax ou qualquer outro meio legalmente permitido e dede que seja comprovado o envio e o teor da convocação.



---

**Parágrafo Quarto.** Dispensam-se as formalidades de convocação quanto todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data e ordem do dia.

**Cláusula 18ª.** A Reunião de Sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de 3/4 (três quartos) do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

**Cláusula 19ª.** Dependerão de deliberação dos sócios, respeitado o disposto na Cláusula 20ª, por meio de Reunião de Sócios e/ou Alteração Contratual, conforme o caso: (a) a aprovação de contas da administração; (b) a eleição e destituição dos administradores, quando feita em ato separado, observado o disposto na Cláusula 7ª, parágrafo quarto, do presente instrumento; (c) a modificação do contrato social; (d) a cisão, total ou parcial, a incorporação, a fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; (e) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das contas; e (f) o pedido de recuperação extrajudicial ou judicial.

**Cláusula 20ª.** Sem prejuízo das disposições legais, os sócios reunir-se-ão por convocação, na forma prevista na Cláusula 17ª, parágrafo terceiro, do presente instrumento, para deliberação, valendo como quórum os seguintes: (a)  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social nas hipóteses de cisão, total ou parcial, fusão, incorporação, ou de cessação do estado de liquidação; (b)  $\frac{2}{3}$  (dois terços) do capital social nas hipóteses de designação de administradores não sócios, se o capital estiver integralizado; (c) mais da metade do capital social na designação de administradores sócios, na fixação da remuneração dos administradores sócios ou não e de pedido de recuperação extrajudicial ou judicial; (d) unanimidade de votos nas hipóteses de designação de administradores não sócios, enquanto o capital social não estiver integralizado; e (e) maioria de votos dos presentes nos demais casos.



---

## CAPÍTULO VII – DA RETIRADA, EXCLUSÃO, INCAPACIDADE DOS SÓCIOS

**Cláusula 21ª.** A sociedade não se dissolverá pela retirada, morte ou incapacidade de sócio pessoa física, ou pela retirada, falência, dissolução, fusão ou incorporação de sócio pessoa jurídica. Nessas hipóteses o sócio remanescente e os herdeiros, prosseguirão com a sociedade.

**Parágrafo Primeiro** Não havendo interesse dos herdeiros em ingressar no quadro societário o sócio remanescente prosseguirá com a sociedade pagando ao sócio que se retira ou a seus herdeiros, ou a seus sucessores, ou a quem legalmente os represente a sua parte no capital social, pelo valor patrimonial, obedecido o disposto na Cláusula 13ª do presente instrumento, e em balanço para este fim especialmente levantado no prazo de 40 (quarenta) dias após a ocorrência do fato. O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar esta resolução aos demais sócios, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 03 (três) meses.

**Parágrafo Segundo.** O pagamento dos haveres relativos ao sócio que se retira da sociedade será feito em 100 (cem) parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias do levantamento do balanço especial previsto no “caput” desta Cláusula.

**Parágrafo Terceiro.** As parcelas serão corrigidas pela variação do IGP-M ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida entre a data da apuração dos haveres e a data do seu pagamento.

**Cláusula 22ª.** A exclusão de sócio por justa causa somente será admitida quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, devendo neste caso ser determinada reunião para esse fim, estando o sócio sujeito à exclusão ciente no prazo previsto na Cláusula 17ª, parágrafo terceiro, do presente instrumento, para que possa comparecer e, querendo, apresentar a sua defesa.



---

## **CAPÍTULO VIII – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula 23ª.** Por deliberação e aprovação dos sócios representando pelo menos  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, a sociedade poderá ser dissolvida, competindo aos mesmos sócios determinar o modo de liquidação e a nomeação do liquidante.

## **CAPÍTULO IX – DAS ALTERAÇÕES**

**Cláusula 24ª.** Este contrato social poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e a qualquer momento, por deliberação de sócios representada  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social.

## **CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula 25ª.** O presente contrato rege-se pelas disposições da sociedade limitada previstas no Código Civil, e, no caso de omissões, pelas normas da sociedade simples previstas no Código Civil, conforme autoriza o art. 1.053 do Código Civil.

## **CAPÍTULO XI – DO FORO**

**Cláusula 26ª.** Qualquer controvérsia decorrente do presente contrato social será resolvida no foro da Comarca da cidade de Goiânia, Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



---

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 01 (uma) via, na presença duas testemunhas abaixo

Goiânia-GO, 02 de setembro de 2021.

---

**JOÃO MAURICIO MARTINS NORMANHA**

**Sócio Administrador**

---

**JOÃO HENRIQUE ABRÃO NORMANHA**

**Diretor**



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa TECAR AUTOMOVEIS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
12649686120	
58818502115	